

O golpe, a ditadura e a transição segundo Elio Gaspari

GILBERTO GRASSI CALIL*

Com a publicação do livro *A ditadura acabada*, lançado em junho de 2016, conclui-se a série do jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura brasileira. Os primeiros quatro volumes foram publicados entre 2002 e 2004, pela Companhia das Letras (2002a; 2002b; 2003; 2004), e reeditados em 2013 pela editora Intrínseca. O conjunto de livros totaliza quase 2,5 mil páginas e, embora dedique muito mais atenção a alguns personagens e períodos, é articulado por uma interpretação de conjunto sobre a ditadura brasileira, de sua instalação à transição pactuada.

A narrativa de Gaspari estrutura-se em torno das ações dos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. O autor recebeu do coronel Heitor Aquino Ferreira, que fora secretário de Geisel e de João Baptista Figueiredo, um expressivo conjunto documental com registros dos bastidores do poder. Disso decorre o protagonismo em sua narrativa de Geisel e Golbery (que mantinham relações pessoais próximas com Ferreira), o tratamento simpático e condescendente concedido a ambos e a explicação dos processos com base nas ações e idiosincrasias dos ditadores.

Golpe e ditadura

O golpe de 1964 e os primeiros dez anos da ditadura são abordados nos dois primeiros volumes da série, que constituiriam uma unidade designada pelo autor como “As ilusões armadas”.¹ Já aqui, a chave interpretativa é centrada nas ações

* Professor de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: gilbertocalil@uol.com.br.

1 Uma discussão mais exaustiva encontra-se em Calil (2014a).

dos “grandes personagens”, reproduzindo-se o discurso dos golpistas, como a suposição de que estaria em curso um “golpe de esquerda” e a desqualificação de João Goulart. A narrativa desconsidera a participação da burguesia brasileira na conspiração e a atuação do complexo Ipes/Ibad e, como já foi apontado por Rampinelli (2002), minimiza o papel desempenhado pela Embaixada dos Estados Unidos. Dentre as mais de duzentas obras citadas na bibliografia dos dois primeiros volumes, Gaspari não inclui a imprescindível obra de René Dreifuss (1981), referência obrigatória para compreensão da conspiração golpista.² Sua opção analítica implica na renúncia à percepção do sentido histórico do golpe (passagem a um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que impunha a necessidade de maior concentração de renda, regressão salarial e brutal repressão da classe trabalhadora) (Calil, 2015b), preferindo descrevê-la como um processo caótico constituído por ações improvisadas.

Gaspari responsabiliza João Goulart pela própria deposição, ao afirmar, sem qualquer fundamento, que havia um “golpe de esquerda em curso”: “Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso” (2002a, p.51). A tese dos “dois golpes” é explícita: “Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda” (2002a, p.52).

Dessa forma a responsabilidade da direita reduz-se a simplesmente ter sido mais eficaz e rápida na derrubada de um regime que por si só já estaria caindo. As violências praticadas nos primeiros anos da ditadura são minimizadas e compreendidas como “parte do jogo bruto provocado pela radicalização dos últimos anos” (2002a, p. 131). A intervenção militar é descrita como uma ação improvisada, sem planejamento nem preparação anterior, e motivada por razões essencialmente militares – uma falácia há muito desmentida por Dreifuss através de fartíssima documentação. O jogo de palavras feito com o título dos dois primeiros capítulos: “O Exército dormiu janguista” e “O Exército acordou revolucionário”, além de designar o golpe como “Revolução”, bem ao gosto dos seus executores, omite que a conspiração avançou nos meios militares muito antes da véspera do golpe.

Os primeiros anos da ditadura são abordados com peculiar condescendência. Gaspari exacerba a contradição entre militares “moderados” e “duros” e manifesta explícita simpatia em relação ao general Castello Branco, chegando a afirmar que “Castello foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição” (2002a, p.125). Como se sabe, a eleição de Castello consistiu num ato flagrantemente inconstitucional que consolidou o golpe. Em seu governo foram realizadas centenas de cassações e prisões, disseminou-se a

2 Este aspecto já foi salientado nos comentários críticos de Amado (2004) e Maestri e Jakobskind (2004).

prática da tortura, foram fechados os partidos políticos, foi instituída a censura e constituiu-se o aparato repressivo que propiciou a posterior intensificação da repressão. Um conjunto de ataques à democracia de tal forma expressivo deveria impugnar o uso da expressão “ditadura envergonhada”.

Isentando os “moderados”, Gaspari propõe uma interpretação que restringe as responsabilidades aos “duros”. Para tanto, desloca o marco fundamental de afirmação da ditadura de 1964 para 1968, considerando o AI-5 como momento mais decisivo do que o próprio golpe de 1964 – o que reforça a qualificação do período do governo de Castello Branco como “ditadura envergonhada”, minimizando claramente os atos de violência executados nesse período. A imposição do AI-5 marcaria a passagem da ditadura de “envergonhada” para “escancarada”.

O segundo volume – *A ditadura escancarada* – inicia-se justamente com o AI-5. Aqui há detalhado relato das torturas e violências cometidas pela ditadura, acentuando a contraposição com o período supostamente menos repressivo da *ditadura envergonhada*. A repressão seria produto da “anarquia dos quartéis”, omitindo-se seu caráter institucional e sistemático: “A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo” (Gaspari, 2002b, p.13). Os destacamentos de operações especiais (DOI) – instrumentos fundamentais do aparato repressivo – são tratados como expressão dessa suposta “anarquia”: “Por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar” (2002b, p.175).

Gaspari utiliza os termos “porão” para designar os centros repressivos e “ti-grada” para nominar os agentes da repressão, estabelecendo uma dissociação entre o aparato repressivo e os governos ditatoriais por eles responsáveis. As organizações de resistência armada são sistematicamente desqualificadas: “As organizações de esquerda e a máquina repressiva do governo tinham um interesse em comum: assegurar a continuidade da ameaça terrorista [sic] negando que a morte de Marighella fosse resultado do abalo da estrutura da ALN. Senão, uns ficariam sem revolução e outros sem ocupação” (2002b, p.156). Através de sucessivas generalizações, Gaspari perde de vista a diversidade de formulações estratégicas e objetivos das diferentes organizações de resistência armada, ensejando um julgamento sumário e anacrônico: “A luta armada fracassou porque o objetivo final das organizações que a promoveram era transformar o Brasil em uma ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas” (2002b, p.193). Ignorando as condições concretas impostas pela ditadura, Gaspari conclui que “a natureza intrinsecamente revolucionária das organizações armadas retirou-lhes o apoio, ainda que tênue, do grosso das forças que se opunham ao regime” (2002b, p.194). Assim, o recurso à luta armada é apresentado como se fosse uma opção das organizações livremente tomada, decorrente de seus objetivos revolucionários e de sua falta de compromisso com a “democracia”.

Geisel e Golbery, “parteiros da democracia”

O governo do general Geisel (1974-1979) é o centro da análise de Gaspari. A ele são dedicados os volumes 3 e 4 e parte do volume 5, que constituem a série “O sacerdote e o feiticeiro”. Com uma descrição mais minuciosa, a personalização da história é ainda mais intensa. Geisel (o “sacerdote”) e Golbery (o “feiticeiro”) seriam os grandes responsáveis pela abertura política, cujo percurso teria sido definido pela decisão pessoal de Geisel e pela estratégia formulada por Golbery: “Tinham o propósito de desmontar a ditadura radicalizada desde 1968, com a edição do Ato Institucional número 5. Queriam restabelecer a racionalidade e a ordem. Geisel recebeu uma ditadura triunfalista, feroz contra os adversários e benevolente com os amigos. Decidiu administrá-la de modo que ela se acabasse” (Gaspari, 2013, p.15). Essa versão coincide com a propagada pelo próprio ditador, que em depoimento ao CPDOC afirmou que o projeto de abertura “era assunto da minha conversa com o Golbery” (D’Araújo; Castro, 1997, p.263-264).

Gaspari ignora que o desencadeamento de um processo de distensão “lenta, gradual e segura” visava sobretudo a consolidar as políticas colocadas em prática pela ditadura, garantindo que a transição a um Estado de direito se desse da forma mais controlada possível. Para isso, era necessário restabelecer lentamente algumas liberdades. Como indica Rejane Hoveler, intelectuais como Samuel Huntington, Wanderley Guilherme dos Santos e Roberto Campos participaram da formulação do *projeto distensionista*, tendo como objetivo a estabilização da ordem política e a superação das contradições instaladas no interior do bloco no poder (Hoeveler, 2012). Gaspari confunde propositalmente *distensão* com *democratização*, nos termos do depoimento do próprio Geisel.

O avanço do processo de distensão torna-se o parâmetro de avaliação da ação dos distintos sujeitos individuais (os sujeitos sociais permanecem ausentes). De um lado, aqueles que contribuem com esse projeto e aceitam os limites impostos pela ditadura recebem um tratamento simpático – independentemente de pertencerem aos quadros da ditadura ou da oposição moderada. De outro, os que o recusam são tratados como “radicais” – termo que abarca simultaneamente a oposição que aspirava a uma democratização mais ampla e os integrantes do aparato repressivo que recusavam qualquer abrandamento da ditadura. A trama de Gaspari organiza-se em torno do confronto entre Geisel e seu ministro da Guerra Sylvio Frota. O quarto volume encerra-se com a demissão de Frota, quando Geisel impôs controle sobre as ações do grupo mais extremista que pretendia inviabilizar qualquer avanço no projeto de distensão. Ainda assim, Geisel preservou o aparato repressivo em seus aspectos fundamentais, mesmo em um contexto de derrota definitiva da luta armada.

Em síntese, trata-se de uma visão da história que se produz a partir das ações dos “grandes homens”, onde a polarização fundamental é entre “radicais” e “moderados” e não mais entre apoiadores e críticos da ditadura, apagando-se o

caráter ilegítimo do mandato de Geisel e da institucionalidade que o sustentava. A “transição” pensada por Geisel e Golbery tinha como objetivo fundamental a preservação da institucionalidade autoritária em seus aspectos fundamentais, mantendo-se o controle e a tutela militar pelo maior tempo possível.

A ditadura acabada: fim da história?

Em junho de 2016, finalmente, a editora Intrínseca publicou *A ditadura acabada*, quinto volume da série, anunciado desde 2012 e cujo lançamento foi inúmeras vezes adiado. Trata-se de um livro distinto dos anteriores, constituído de partes bastante desiguais. A primeira delas – “Geisel ganhou todas” – é uma narrativa triunfalista dos últimos meses do governo Geisel. As partes seguintes abordam o que seriam as três explosões do governo Figueiredo: “A explosão da economia”, “A explosão do Planalto” e “A explosão das ruas”. A quinta parte discute a construção da candidatura de Tancredo Neves. Para finalizar, há um extenso e confuso “Epílogo”, com microbiografias de quinhentos personagens da ditadura.

O livro começa com o relato dos êxitos de Geisel na manutenção do controle sobre a oficialidade, impondo o avanço do projeto de distensão e a candidatura de João Baptista Figueiredo à sua sucessão, desqualificando adversários como o “MDB intransigente”, que “mantinha-se preso à bandeira da convocação de uma Constituinte que presumia a queda do regime” (Gaspari, 2016, p.61). A única oposição aceita por Gaspari (e pelos ditadores) seria aquela que acatasse o *script* imposto pela ditadura. Assim, impugna reivindicações democráticas como a revogação do Pacote de Abril e a concessão de anistia ampla geral e irrestrita, que poderiam efetivamente ensejar mobilizações e viabilizar um percurso distinto para a superação da ditadura. Para Gaspari, elas “pressupunham a capitulação de um regime que não tinha contra si o povo nas ruas e já não padecia de uma ameaçadora divisão” (2016, p.62), e por isso os ditadores não teriam porque aceitá-las.

Dos quadros da “oposição” consentida, Tancredo Neves emerge como liderança que melhor aceitava os rumos impostos pelos ditadores, sendo por isso considerado por Gaspari um “valiosíssimo aliado” da proposta gradualista, em oposição a Franco Montoro, que “apresentara proposta de emenda constitucional restabelecendo imediatamente eleições diretas para os governos estaduais e a extinção da figura dos senadores ‘biônicos’” (2016, p.70).

Explicar os estrondosos fracassos do governo Figueiredo não é tarefa fácil. Assumindo uma perspectiva econômica liberal, Gaspari aborda o agravamento da crise econômica como resultado dos gastos excessivos realizados por alguns ministros, optando por abordagem de curto prazo e dissociando esse processo das opções econômicas tomadas ao longo da ditadura (e em especial no governo Geisel). A complacência de Figueiredo com os atentados terroristas perpetrados pela extrema-direita seria resultado da omissão do ditador em confrontar a “linha dura” e o “porão”, levando ao rompimento de Golbery e, algum tempo depois, também de Heitor Aquino. Sem contar com a presença desses protagonistas, o

governo de Figueiredo teria se despedaçado e perdido o controle do processo: “Sem Simonsen, Golbery e Heitor, desaparecem os traços da equipe que Geisel levava para o palácio em 1974. Restava um grupo desconexo, pois Delfim desentendera-se com Leitão e detestava Medeiros, que o detestava” (2016, p.222).

A campanha pelas Diretas Já é sumariamente abordada a partir da polarização entre as vias “radical” (propugnada por Ulisses Guimarães) e “moderada” (por Tancredo Neves): “Ulisses seguia um curso que pressupunha o colapso da ditadura, enquanto Tancredo esperava que ela acabasse numa negociação” (2016, p.238). O título – “A explosão das ruas” – cria a expectativa de que finalmente o autor concederia alguma atenção às manifestações sociais, mas isso não se confirma e uma vez mais desfilam os *grandes personagens* – Ulisses, Tancredo, Figueiredo, Maluf etc.

Tancredo Neves é saudado por seu “pragmatismo” e “realismo político”, que teriam propiciado a consolidação de sua candidatura e sua eleição pelo Colégio Eleitoral. A derrota da emenda das Diretas Já teria inaugurado “A hora de Tancredo”, fortalecida pela atração do José Sarney, presidente do PDS, e pela construção de uma dissidência no interior daquele partido, que daria origem à Frente Liberal. A série encerra-se com a posse de José Sarney, sem discutir em que medida e intensidade esta significava a superação da ditadura.³

O Epílogo, que segundo Gaspari “não obedeceu a um método preciso” (2016, p.317), reduz-se a uma colagem de informações desarticuladas. A pretensão em tratar de quinhentas histórias em poucas páginas impõe enorme superficialidade e imprecisão. Nas seções que tratam dos personagens vinculados à ditadura, a informação não é tão sumária, mas quando são apresentados os militantes da resistência, não se atinge a média de duas linhas por nome, o que explicita uma vez mais a prioridade de abordagem. Ao que parece, esse Epílogo foi improvisado para que o último volume tivesse dimensão próxima aos anteriores, sem nada acrescentar em termos de abordagem.

Considerações finais

Este comentário procurou apresentar em termos gerais a perspectiva interpretativa da obra de Gaspari e demonstrar seu sentido geral conservador. Muitos dos argumentos nela desenvolvidos são idênticos aos que constituem a historiografia revisionista, a qual, de acordo com o historiador Demian Melo, tem como teses centrais a proposição de que a esquerda também era golpista, a amenização dos primeiros anos da ditadura, relativizando seu caráter ditatorial, e a desqualificação da esquerda armada como não democrática (Melo, 2014).

A obra de Gaspari, lançada no contexto do início dos debates em torno dos quarenta anos do golpe e concluída após o encerramento dos trabalhos da Comissão

3 Paradoxalmente, o último parágrafo do livro (excetuando o epílogo) é dedicado ao registro de que no governo Sarney o repressor Freddie Perdigão Pereira “continuava no SNI” (Gaspari, 2016, p.311). Essa informação, que poderia ensejar uma relevante reflexão, permanece solta e parece estar registrada apenas porque a trajetória de Perdigão fora mencionada na abertura do volume.

Nacional da Verdade e os cinquenta anos do golpe, influenciou a historiografia revisionista, propagou teses por ela defendidas e disseminou uma visão geral do processo oposta à perspectiva histórico-estrutural de René Dreifuss. Seu impacto é significativo, mesmo que frequentemente se choque com a informação histórica disponível, e portanto é uma obra que precisa ser discutida e criticada.

Referências bibliográficas

- AMADO, J. A ditadura de Gaspari. *Observatório da Imprensa*, 27 jan. 2004. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/news/showNews/al270120043p.htm>>. Consultado em 22 fev. 2014.
- CALIL, G. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX: Revista Catalana d'Història*, Barcelona, n.7, 2014a, p.99-126. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/segleXX/article/view/11240/13962>>.
- _____. O sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, M. B.; VEGA, R. *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b.
- D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DREIFUSS, R. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002a.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002b.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.
- _____. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- HOEVELER, R. C. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil, 1972-1973*. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Rio de Janeiro, UFRJ, 2012.
- MAESTRI, M. J.; JAKOBSKIND, M. A. A ditadura envergonhada. *História & Luta de Classes*, n.1, Rio de Janeiro, 2004, ADIA.
- MELO, D. B. de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, D. B. de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- RAMPINELLI, W. J. As ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada de Elio Gaspari: uma grande obra com grandes lacunas. *Lutas Sociais*, n.11/12, São Paulo, 2004.

Resumo

Entre 2002 e 2016, o jornalista Elio Gaspari publicou cinco volumes de uma obra sobre a ditadura militar brasileira. Sua interpretação ameniza seu caráter violento e divide as responsabilidades entre repressores e vítimas, em uma operação que pode ser considerada *revisionista*, produzindo uma narrativa na qual personagens com destacada participação no golpe e na ditadura – como Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva – são apresentados de forma extremamente positiva.

Palavras-chave: Elio Gaspari, golpe, ditadura, transição, Ernesto Geisel.

Abstract

Between 2002 and 2006, the journalist Elio Gaspari published five volumes of a work about the Brazilian dictatorship. His interpretation softens its violent character and splits responsibilities between repressors and victims. It was an operation that can be considered *revisionist*, creating a narrative in which characters with prominent participation in the coup and in the dictatorship – such as Castelo Branco, Ernesto Geisel and Golbery do Couto e Silva – are presented in an extremely positive way.

Keywords: Elio Gaspari, coup, dictatorship, transition, Ernesto Geisel.